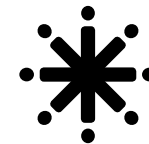




Luís Filipe Torgal

O SOL BAILOU
AO MEIO-DIA



A criação de Fátima

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXI

*À Lúcia e à Mariana
À família
Aos amigos
Aos alunos de ontem e de hoje
Ao Sérgio Gouveia*

© 2011, Luís Filipe Torgal
e Edições Tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A,
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *O Sol Bailou ao Meio-dia*
Autor: Luís Filipe Torgal
Revisão: Tinta-da-china
Composição e capa: Tinta-da-china
Fotografia da capa: Cova da Iria, no dia 13 de Outubro de 1917
(foto de Judah Bento Ruah, gentilmente cedida
pelo Arquivo do Santuário de Fátima)

1.ª edição: Março de 2011
ISBN 978-989-671-071-2
Depósito Legal n.º 322654/11

A História é um romance verdadeiro.

PAUL VEYNE, *Como Se Escreve a História*, Edições 70, Lisboa, 1983, p. 10

E assiste-se então a um espectáculo único e inacreditável para quem não foi testemunha dele. Do cimo da estrada, onde se aglomeram os carros e se conservam muitas centenas de pessoas, a quem escasseou valor para se meter à terra barrenta, vê-se toda a imensa multidão voltar-se para o sol, que se mostra liberto de nuvens no zénite. O astro lembra uma placa de prata fosca e é possível fitar-lhe o disco sem o mínimo esforço. Não queima, não cega. Dir-se-ia estar-se realizando um eclipse. Mas eis que um alarido colossal se levanta, e aos espectadores que se encontram mais perto se ouve gritar:

— *Milagre, milagre! Maravilha, maravilha!*

Aos olhos deslumbrantes d'aquela povo, cuja atitude nos transporta aos tempos bíblicos [...] — o sol «bailou», segundo a típica expressão dos camponeses.

AVELINO DE ALMEIDA, «Coisas espantosas! Como o sol bailou ao meio-dia em Fátima», in *O Século*, 15 de Outubro de 1917

O que víramos no sol era coisa excepcional? Ou reproduzir-se-ia em circunstâncias análogas? Ora precisamente esta analogia e circunstâncias proporcionou-se-nos ontem. Pudemos ver o sol meio toldado, de nuvens, como no sábado. E sinceramente vimos as mesmas sucessões de cores, o mesmo movimento rotativo, etc. [...] Eliminado, pois, o único facto extraordinário, que fica? Por' ora, as afirmações de três crianças e mais nada. É muito pouco.

A. DE F. [DOMINGOS PINTO COELHO],
«O caso de Fátima», in *A Ordem*, 16 de Outubro de 1917

Milagre, como gritava o povo; fenómeno natural, como dizem os sábios? Não curo agora de sabê-lo, mas apenas de te afirmar o que vi... O resto é com a Ciência e com a Igreja...

AVELINO DE ALMEIDA, «O Milagre de Fátima»,
in *Ilustração Portuguesa*, 29 de Outubro de 1917

ÍNDICE

II	PREFÁCIO
	Fátima e a «síndrome de Afonso Costa»
15	Nota de apresentação
19	Introdução
	CAPÍTULO I: As primeiras imagens e representações das aparições da Cova da Iria
37	Fátima e a dicotomia ideológica clericalismo/anticlericalismo
41	13 de Maio de 1917: a aparição de uma «mulher vestida de branco»
42	13 de Junho de 1917: um diálogo virtual estabelecido entre Lúcia e uma interlocutora invisível
43	13 de Julho de 1917: os primeiros ecos da imprensa sobre o caso
45	13 e 19 de Agosto de 1917: o «rapto» dos pastorinhos pelo administrador do concelho de Ourém e a posterior aparição e identificação de «Nossa Senhora»
47	13 de Setembro de 1917: o silêncio e o desencanto dos sectores católicos
49	13 de Outubro de 1917: o «bailado do sol» e a mediatização das aparições
	CAPÍTULO II: A fundação da «Lourdes Portuguesa»
59	A terra e os homens
61	Génese de um santuário

	CAPÍTULO III: As práticas cultuais de Fátima
77	Da romaria à peregrinação
84	A evolução do culto
92	Os mecanismos de propagação do culto
99	As «curas extraordinárias»
	CAPÍTULO IV: Fátima e os católicos
121	Fátima e a ideia de «renascença católica»
137	Fátima e a recristianização nacional
142	A restauração da diocese de Leiria e o seu novo bispo
149	Manuel Nunes Formigão: o promotor oculto da obra de Fátima
157	Uma leitura racionalista de Fátima: João Ilharco no encaço de Tomás da Fonseca
	CAPÍTULO V: As metamorfoses do discurso católico fatimista
167	O discurso nacionalista católico, anti-republicano e antiateísta
171	O discurso universalista católico e anticomunista
179	Conclusões
193	Notas
247	Fontes e bibliografia
261	Anexos

PREFÁCIO

Fátima e a «síndrome de Afonso Costa»

A Revolução Portuguesa de 1974/75 e o regime democrático que dela saiu fizeram-se e nasceram, no tocante às relações do novo poder político revolucionário com a Igreja Católica, sob a «síndrome de Afonso Costa». Ou seja, sob a preocupação constante de não beliscar a Igreja Católica e de impedir qualquer tipo de questionamento acerca das suas largas cumplicidades com a ditadura, o colonialismo e a guerra colonial.

O PS, o PCP e o MFA de uma forma geral entenderam, assim, passar prudentemente ao largo do magno problema das responsabilidades das principais autoridades eclesiais na sustentação, encobrimento, legitimação e apoio ao regime salazarista e à guerra, com o alegado propósito de evitar uma nova «questão religiosa». Isto é, no caso vertente, pretendia-se prevenir o risco de a Igreja Católica vir a mobilizar contra a revolução em marcha uma parte da população mais sensível aos apelos da hierarquia.

Essa não parece sequer ter sido uma posição só das esquerdas antifascistas tradicionais. Nas próprias organizações políticas das esquerdas radicais não se verificou uma atitude diferente. Mesmo no conflito da Rádio Renascença*, é sabido que foram preocupações sobretudo laborais que ditaram a sua ocupação. E o processo de radicalização política posterior, ainda que voltado contra o patrão eclesial, não teve como eixo qualquer tipo de questão religiosa ou de avaliação crítica do papel da Igreja Católica no passado recente.

A hierarquia da Igreja, essa, aproveitou habilmente o pretexto da Rádio Renascença para apostar no cavalo certo, quando a radicalização do processo revolucionário levou à inelutável divisão das águas entre «moderados»/defensores da «democracia à europeia»/Grupo

* Cf. Paula Borges *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975: O Caso Rádio Renascença*, Lisboa, ICS — Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

dos 9, PS, direita, extrema-direita, etc. (e este foi, previsivelmente, o campo escolhido pelos bispos) de um lado, e o campo das várias versões defensoras da «revolução socialista», do outro. O cardeal-patriarca e boa parte da hierarquia, logo que ficou resolvida a questão da Rádio Renascença, recolheram-se a uma postura discreta ainda antes do «25 de Novembro». Outros bispos e clérigos nortenhos, pelo contrário, participarão activamente na mobilização anticomunista do «Verão quente», incluindo, em certos casos, a cobertura às actividades terroristas da extrema-direita.

Fosse como fosse, a Igreja Católica saía praticamente incólume dos abalos da revolução. Na realidade, interna e externamente menos marcada por esta do que pela influência perturbadora do Concílio Vaticano II, uma década antes. Mesmo a controversa questão da revisão da Concordata de 1940 para a concessão do divórcio nos casamentos católicos seria expedita e discretamente resolvida (demorara anos a negociar com o Estado Novo na década de 30!)* em 1975, sem se tocar numa linha do resto da Concordata. O velho texto contraditório de 1940, apesar de manifestamente ultrapassado pelas novas realidades da democracia, da laicidade e da descolonização, ou seja, apesar de manifestamente inconstitucional, manter-se-ia imperturbavelmente em vigor por mais cerca de 30 anos.

Digo isto porque esta aura de privilégio e intocabilidade que a Igreja Católica logrou preservar e herdar dos tempos do neo-regalismo funcional do Estado Novo se reflecte, de alguma maneira, não só na investigação e na produção historiográfica até aos nossos dias, como a vários níveis da nossa vida cívica. Ainda hoje são pouco frequentes — ainda que venham existindo em quantidade e qualidade crescentes — as investigações sobre a Igreja Católica e a sua história exteriores à iniciativa dos centros de investigação da própria Universidade Católica. Mas bem para além disso, ainda hoje, desde o protocolo de Estado aos protocolos municipais, à permanência dos crucifixos em muitas escolas, ao regime preferencial na assistência religiosa militar ou hospitalar, até à presença em cerimónias públicas, essa espécie de complacência do Estado laico face

* Cf. Rita Carvalho, *A Concordata de Salazar. Portugal — Santa Sé 1940*, dissertação de doutoramento em História Institucional e Política Contemporânea apresentada na FCSH da UNL, Lisboa, 2010. Texto policopiado.

às violações do princípio de separação e do tratamento igualitário das igrejas é uma atitude de todos os dias.

É a propósito disto que vem Fátima e se torna oportuno falar deste livro do Luís Filipe Torgal. Dir-se-ia, é certo, que os católicos são absolutamente livres — e creio que mesmo no interior da Igreja Católica têm essa liberdade de opção — de considerar ou não os acontecimentos fatimistas de Maio/Outubro de 1917 como miraculosos. O que é menos compreensível é que o Estado português (ou algumas das suas instituições), constitucionalmente laico, se tenha quase associado, como se fosse um acontecimento nacional, ao cerimonial e ao espanto religioso que rodeou a canonização de alguns intervenientes nesse episódio. Aliás, Fátima é um termo quase tabu para quem procure abordar a questão à margem ou para além do discurso oficial da hierarquia católica. A bibliografia, académica ou não, que se procura situar fora da ortodoxia fatimista (e não necessariamente contra), que recuse dicotomias maniqueístas fáceis, que busque o ponto de vista histórico e crítico sobre o contexto de produção do fenómeno e dos seus aproveitamentos, essa bibliografia é ainda escassa. Como se se temesse remar contra o peso do oficialismo.

É nesse sentido que a obra de Luís Filipe Torgal, que agora reaparece em segunda edição deve, desde logo, ser saudada. É uma obra corajosa, um trabalho rigoroso e desapaixonado, baseado numa investigação exaustiva e persistente sobre a forma como a hierarquia católica foi construindo, primeiro, e usando, depois, ao longo do século, o «milagre de Fátima» com o objectivo de transformar o lugar e a alegada epifania num pólo ideológico de «re Cristianização» de um Portugal doente e afastado dos caminhos da fé pelo ateísmo e anticlericalismo republicano.

Numa primeira fase, Fátima é um pólo da cruzada pela restauração do país cristão que corre a par e em estreita ligação política e ideológica com a reacção nacionalista e antiliberal, com a redescoberta da tradição e dos valores eternos da nação orgânica operada pela Revolução Nacional e pelo advento do Estado Novo salazarista. A partir da segunda metade dos anos trinta, sob os ventos da Guerra Civil de Espanha, Fátima torna-se um símbolo internacional: o pólo de «irradiação moral» da resistência ao comunismo, o centro espiritual

cristão dessa «luta da civilização contra a barbárie», já plenamente reconhecida e apoiada como símbolo cimeiro do culto mariano por Roma e pelo papa. Escusado será dizer que a Guerra Fria e o múnus de Pio XII a confirmarão e reforçarão nesse papel ao longo dos anos cinquenta.

Luís Filipe Torgal vem enriquecer com esta obra a bibliografia académica sobre Fátima e os seus «milagres». Não tanto para os discutir em si mesmos ou a sustentabilidade das versões, por vezes contraditórias ou paradoxais, que sobre os factos se foram tecendo, mas com o fito de analisar historicamente a evolução do discurso de apropriação de Fátima por parte da Igreja Católica. E por essa forma nos revela como o providencialismo mariano se torna, ao longo da primeira metade do século xx, um argumento instrumental da luta política e ideológica que divide e abala o país e o mundo. Como se a transcendência, também ela, não pudesse (e não quisesse) fugir às escolhas decisivas do seu tempo.

Lisboa, Novembro de 2010
FERNANDO ROSAS

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Este livro foi inspirado na dissertação de mestrado em História Económica e Social Contemporânea que apresentei na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Março de 2002. Em Novembro desse ano, esta tese deu logo origem a uma primeira publicação feita pela editora Temas e Debates, com o título *As «Aparições de Fátima». Imagens e Representações (1917-1939)*. A divulgação das ideias substanciadas no livro e, sem dúvida, o interesse mediático do tema originaram sucessivos pedidos que fui recebendo, ao longo destes últimos anos, manifestados por pessoas de facto interessadas em adquirir a obra, entretanto desaparecida. Tais pedidos e, passe a imodéstia, a minha convicção de que o livro constitui ainda hoje um dos escassos títulos publicados no país que pretenderam fazer uma análise histórica de algum fôlego sobre o processo das aparições e do culto de Fátima durante os seus primeiros vinte anos, incentivaram-me a propor à Tinta-da-china a publicação de uma outra edição.

Permitam-me insistir num esclarecimento: este livro é uma versão revista e substancialmente actualizada da sua edição original, porquanto nela foram depuradas antigas gralhas, introduzidas importantes alterações e muitos aditamentos, foi escolhido um novo título, elaborado um novo texto de conclusão e editados vários anexos que contêm alguns documentos fundamentais sobre Fátima.

A opção pela escolha de um novo título — «*O Sol Bailou ao Meio-Dia*». *A Criação de Fátima* — tem como propósito destacar, porventura de forma mais impressiva, o espírito do livro. Impõe-se aqui esclarecer que a primeira expressão vertida neste título (aqui grafada entre aspas) pertence ao jornalista Avelino de Almeida, que, no jornal *O Século* de 15 de Outubro de 1917, assinou talvez a mais vibrante e emblemática de todas as narrativas publicadas nos *media* sobre Fátima, reproduzindo o que ele próprio terá visto e ouvido na Cova

da Iria, naquele memorável dia 13 de Outubro de 1917. O subtítulo, inspirado, concomitantemente, num conceito cósmico e bíblico, mas também num título da obra de Miguel Torga (*A Criação do Mundo*), pretende remeter o leitor para a origem do culto de Fátima e, sobretudo, para a questão fulcral que atravessa todo este livro: o processo da sua construção.

Valerá a pena acrescentar que a sempre sedutora questão das *aparições* e do culto de Fátima readquiriu hoje excepcional actualidade, porquanto o seu santuário foi, em 13 de Maio de 2010, o epicentro de uma nova peregrinação papal, e também porque Portugal se encontra ainda a comemorar o centenário da proclamação da Primeira República — afinal, o complexo e controverso regime que moldou a conjuntura nacional de 1910-26, onde despontaram as alegadas manifestações epifânicas da Cova da Iria.

Por fim, gostaria de agradecer ao Professor Rui Cascão a orientação da tese de mestrado, que constituiu a origem desta obra, e ao Professor Fernando Rosas, por se ter logo disponibilizado para prefaciar este livro. E devo também agradecer ao meu amigo, colega e antigo aluno, Renato Nunes, a leitura meticulosa que fez do texto apresentado à editora e que permitiu ainda detectar e depurar alguns lapsos e gralhas; ao meu amigo e colega Nuno Teixeira, pelas suas sempre pertinentes sugestões literárias; ao Arquivo do Santuário de Fátima — nas pessoas do director do SESDI, Dr. Luciano Cristino, e do responsável pelo departamento de Arte e Património/Museu do Santuário de Fátima, Doutorando Marco Daniel Duarte —, por ter autorizado a publicação de duas fotografias editadas na extinta revista *Ilustração Portuguesa* (29-10-1917) cujos *clichés* mais tarde transitaram para a posse do Santuário de Fátima; ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), coordenado pela Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro, pela minha integração nos seus projectos de pesquisa; ao Doutor Luís Bigotte Chorão e, de novo, ao Professor Fernando Rosas, por se terem empenhado generosamente na edição deste livro; e, evidentemente, à directora editorial da Tinta-da-china, Dra. Bárbara Bulhosa, por ter acreditado na publicação deste título.

É indiscutível que a idade transforma a nossa maneira de perceber e equacionar o mundo. Dito de outro modo: hoje, certamente, não teria dado a este livro a mesma redacção e estrutura; porém, continuo a subscrever as grandes linhas de orientação, reflexões e conclusões que dão corpo ao texto que a seguir se apresenta.

Oliveira do Hospital,
7 de Setembro de 2010



INTRODUÇÃO

Entre Maio e Outubro de 1917, numa depressão elíptica da Serra de Aire conhecida por Cova da Iria — próxima da localidade e paróquia de Fátima, sita no concelho de Ourém, distrito de Santarém e, naquela época, pertencente ao patriarcado de Lisboa —, ocorreu uma sucessão de manifestações de índole teofânica que foram consagradas, pelo juízo popular e pela imprensa, como *aparições* (marianas) ou *milagres* de Fátima. O lugar adquiriu, durante a década de 20 do século passado, a dimensão de importante santuário católico nacional. A partir de meados dos anos 30, constituiu-se como pólo central de atracção e irradiação do catolicismo português. Sobretudo desde os anos 40, assumiu mesmo, segundo os seus arautos e promotores, o epíteto e estatuto de «altar do mundo». E, hoje, Fátima conquistou um consenso social e político tão eloquente que se converteu num tema quase proibido para quem pretenda analisá-lo à margem do discurso oficial da Igreja Católica.

Ora, o ensaio aqui apresentado não pretende debater o conteúdo teológico da presumível «mensagem mariana» transmitida na Cova da Iria, nem tão-pouco resolver o dilema da autenticidade/falsidade destas aparições. Penso, aliás, que este apaixonado e labiríntico debate, aberto e polarizado, sobretudo durante a Primeira República, entre os cépticos republicanos (inspirados nas doutrinas positivistas) e os crentes católicos, na ausência de novas provas documentais fidedignas e contundentes, será sempre inconclusivo e propício aos mais diversos exercícios especulativos.

O meu propósito foi antes o de procurar analisar, dentro de critérios metodológicos pautados por uma intenção de objectividade histórica, outras vertentes do intrincado processo da Cova da Iria, a partir de questões fundamentais que, de certo modo, inspiraram e

Cova da Iria, no dia 13 de Outubro de 1917 (foto de Judah Bento Ruah, gentilmente cedida pelo Arquivo do Santuário de Fátima).

estruturaram a minha investigação: Como ganhou Fátima a dimensão de importante santuário católico no período enquadrado entre a Primeira República e o início do Estado Novo? E qual o papel efectivo desempenhado na Cova da Iria pelas autoridades eclesiásticas (nos diversos graus da sua hierarquia), pelas elites leigas militantes e pela imprensa católica? Dito de outro modo: foi Fátima que se impôs à Igreja, como defenderam, explicitamente, os sucessivos cronistas católicos, o bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva (desde 1922) e, depois, o próprio cardeal-patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira? Ou, pelo contrário, foi a Igreja (e/ou certos sectores a ela ligados) que impôs Fátima, como opinaram certos republicanos racionalistas e depois alguns historiadores, os quais, porém, raramente se empenharam em fundamentar de forma sistemática as suas perspectivas? Enfim, que tipo de conexões se podem estabelecer entre a emergência das aparições e do culto de Fátima e o combate protagonizado por católicos laicos e clericais contra o laicismo e o anticlericalismo liberal, republicano e, mais tarde, comunista? Em suma, não será descabido confessar que este livro se propõe oferecer ao leitor uma representação diferente de Fátima, procurando, em última instância, desconstruir uma outra representação de certo modo institucionalizada destas aparições, que parece hoje encontrar-se cristalizada no imaginário colectivo e é sistematicamente reproduzida de forma acrítica pelos *media*.

No primeiro capítulo, começarei por recordar e reconstituir as aparições, partindo dos primeiros interrogatórios efectuados aos «pastorinhos» — Lúcia Santos, Jacinta Marto e Francisco Marto — pelo pároco de Fátima, Manuel Marques Ferreira, no período imediato à ocorrência dos eventos. Tal análise permitir-nos-á, desde logo, inferir que a exposição dos ditos acontecimentos, ocorridos entre Maio e Outubro de 1917, foi desde então sucessivamente reformulada pelos inquiridores e pelos cronistas católicos do fenómeno *fatimista*. Ou seja, de acordo com os mencionados interrogatórios, a história primitiva de Fátima, protagonizada pelos pequenos pastores, não se identifica com a nova e mais elaborada história de Fátima que hoje conhecemos. Esta última foi, por conseguinte, construída *a posteriori* pelos historiadores católicos e sus-

tentada pela hierarquia da Igreja, a partir dos anos 30 do século passado, com base em posteriores depoimentos efectuados pelas três crianças e, sobretudo, nos cadernos de memórias escritos por Lúcia depois de 1935. Ainda no mesmo capítulo, avaliarei como as imprensas católica e republicana noticiaram e ajuizaram os factos. Pretendo demonstrar, com essa apreciação, que a primeira evoluiu de uma atitude de expectativa prudente (entre Julho e Setembro de 1917), para uma postura de promoção comedida (desde Outubro de 1917) e, mais tarde (sobretudo a partir de 1922), para a apologia evidente das aparições. A segunda — com excepção de dois polémicos, mediáticos e emblemáticos artigos, da autoria de Avelino de Almeida, publicados no jornal republicano moderado *O Século* e na sua revista *Ilustração Portuguesa* — rejeitou de imediato os fenómenos, os quais considerou uma fraude que servia os interesses da Igreja.

A leitura dos jornais coevos permitiu também apreender, com algum rigor, a conjuntura político-cultural nacional e internacional que enquadrou a eclosão das aparições. Com efeito, as notícias dos periódicos do tempo revelam-nos um aceso conflito político e filosófico, ideológico e cultural que, durante a Primeira República, opôs uma Igreja Católica, que apresentava sobretudo um comportamento tradicionalista e contra-revolucionário (ou «revolucionário conservador»), a um regime republicano reformista radical em matéria religiosa. Nesse implacável combate (cujo início, convém enfatizar, remontava ao século anterior, ou mesmo ao tempo de Pombal) confrontavam-se, afinal, duas ideologias irreconciliáveis: uma de matriz católica tendencialmente ultramontana — o «clericalismo» —, que exigia a liberdade integral da Igreja, defendia a confessionalidade do Estado, sustentava a dogmatização do poder temporal dos papas, rejeitava as ideologias e filosofias da civilização moderna oitocentista e pretendia «reconquistar» Portugal para o catolicismo; e um outro sistema de ideias racionalistas e anti-romanistas, plasmado no republicanismo então dominante (que controlava na época o aparelho de Estado), o qual interpretava o mundo e os destinos da nação segundo uma lógica de matriz demoliberal, positivista, laica e anticlerical.

Para além da «questão religiosa» — a qual foi marcada pelo já mencionado confronto insanável entre ideologias opostas que,

pelo menos até ao «consulado sidonista» (Dezembro de 1917 até 14 Dezembro de 1918), contribuiu para acentuar a instabilidade política de uma república sobretudo dominada pelos «republicanos radicais» do Partido Democrático —, os documentos da época acusam outros factores objectivos que poderão ter facilitado a formação de toda uma ambiência propícia ao irromper dos supostos fenómenos sobrenaturais. Refiro-me à endémica e aguda crise económica e financeira que então grassava no país, mas, também, à Primeira Guerra Mundial (1914-18) e aos surtos de tifo, varíola e, sobretudo, pneumónica (1918-1919), que pareciam ter, para a população nacional então fustigada por estes acontecimentos, proporções «apocalípticas»¹. A conjugação dos factos mencionados agravou a miséria, generalizou os sentimentos de insegurança, de angústia e de medo, e terá despertado ou contribuído para propagar na sociedade um revigoramento da fé e uma redobrada tendência para a adesão em massa a manifestações místicas que, em última análise, proporcionavam a remissão dos dramas quotidianos.

No segundo capítulo, caracterizarei, de forma breve, os meios físico e social da Cova da Iria. Depois, traçarei o percurso topográfico do local desde a génese da ermida até ao momento em que o rústico santuário de romaria se converteu num altar de peregrinação de dimensão nacional e mesmo internacional. No âmbito deste enfoque, desejei sobretudo compreender o papel desempenhado pela Igreja na construção, organização e promoção dos espaços «sagrado» e «profano» de Fátima e equacionar até que ponto a ideia — logo teorizada nos meios católicos — de edificar no local uma «cidade de Maria» foi inspirada pelo modelo de Lourdes.

No terceiro capítulo, observarei como o episcopado de Leiria, através de uma rígida orientação e fiscalização dos seus sacerdotes e dos peregrinos que afluíam à Cova da Iria, conseguiu, ao longo da década de 1920, ali organizar um concorrido centro de peregrinação, o qual, pelo seu carácter solene e ascético, devocional e penitencial, bem como pela pluralidade dos estratos sociais que a ele aderiram, se demarcou do modelo das tradicionais romarias portuguesas. Aqui, pretendo também

demonstrar que as aparições e o culto de Fátima não podem deixar de ser analisados no contexto de uma conjuntura espiritual marcada pela confrontação entre uma religiosidade popular e sincrética, de reminiscências pagãs e idolátricas, e uma religiosidade institucional decretada e imposta pela hierarquia católica. Ainda neste capítulo, formularei algumas hipóteses explicativas sobre os possíveis mecanismos que contribuíram para a propagação nacional e internacional do culto da Cova da Iria e analisarei como se construiu e difundiu a imagem de Fátima enquanto santuário produtor de «curas físicas e espirituais extraordinárias».

No quarto capítulo, situarei os fenómenos das aparições no contexto do movimento de «renascimento católico» e recristianização que começou a esboçar-se na Europa a partir dos finais do século XIX. Por um lado, procurarei definir em Portugal os contornos cronológicos e ideológicos desse movimento, identificar alguns dos protagonistas dessa elite intelectual que corporizou a «nova geração» de militantes católicos e esclarecer qual a posição efectiva assumida por vários dos seus elementos perante as aparições, as peregrinações e o culto de Fátima. Por outro lado, observarei até que ponto Fátima terá galvanizado a reacção católica contra o republicanismo demoliberal, laico e anticlerical, que entretanto ainda dominava o poder estatal, e terá também despertado o espírito religioso dos homens e sobretudo das mulheres de todos os estratos da sociedade portuguesa. Ainda neste capítulo, subordinado ao tema «Fátima e os Católicos», investigarei — partindo fundamentalmente da consulta do jornal *O Mensageiro*, órgão dos católicos do distrito de Leiria — a eventual relação causal existente entre as aparições de Fátima e a restauração do bispado de Leiria e equacionarei os papéis que o novo bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva (nomeado em 15 Maio de 1920), e o cónego Manuel Nunes Formigão (actualmente, alvo de um processo de beatificação), terão desempenhado no processo de acreditação e promoção do culto da Cova da Iria.

No último capítulo deste livro, examinarei o discurso católico sobre a mensagem fatimista. Ao desenvolver este enfoque, verifiquei que esse

discurso, sempre de matriz antiatista, assumiu, entre 1917 e finais dos anos 30, duas vertentes distintas: até à primeira metade do decénio de 30, detectei, no discurso produzido pelos cronistas católicos e depois reproduzido pela alta hierarquia da Igreja, os valores de um nacionalismo messiânico de raiz católico-clerical, antiliberal e anti-republicana. Ao longo dos anos 30, no contexto da estruturação do regime do Estado Novo, que beneficiou de uma inequívoca cooperação da Igreja, e da eclosão da guerra civil espanhola (1936-39), verifiquei que o discurso se transformou e ganhou uma dimensão univertalista (conjugando-se com a sua anterior perspectiva nacionalista católica) e um sentido acentuadamente anticomunista.

A diversidade de questões investigadas ao longo deste livro conduziu-me ao território da história social, mas também da história das ideias. Estas duas tendências analíticas, que julgo não terem fronteiras inteligíveis, irão ao longo do livro cruzar-se sem preconceitos, de forma a permitirem a definição de uma imagem mais globalizante do tema apresentado.

Quanto às balizas cronológicas que fixei, elas podem justificar-se da seguinte forma: a montante, a data de 1917 coincide com a ocorrência das aparições e com um novo e derradeiro agravamento da «questão religiosa» (que será aplacada em 1918, com a reforma sidonista da *Lei da Separação* promulgada por Alberto Moura Pinto, e superada já durante o Estado Novo, com a assinatura da Concordata de 1940); a jusante, o ano de 1939 é marcado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial — que determinou o início de um ciclo diferente da história da Europa e do Mundo — e corresponde, também, a uma fase de evidente afirmação e consolidação do salazarismo e de efectiva colaboração da Igreja com o regime liderado por Salazar, coincidindo ainda com a derrota definitiva, na guerra civil espanhola, das forças republicanas, cujas infiltrações comunistas atemorizaram a Igreja Católica e o Estado Novo português ao longo da segunda metade dos anos 30.

Este período de 22 anos — entendido de maneira flexível e, por conseguinte, sem prejuízo de incursões temporais aquém e além das datas estabelecidas — enquadra, afinal, os momentos capitais da

construção e ritualização do santuário e da definição e redefinição da mensagem de Fátima.

Quero ainda alertar os leitores para o facto de o texto apresentado revelar, aqui ou ali, alguma repetição de ideias. Trata-se de uma opção que, na minha perspectiva, tem as virtudes de tornar a exposição mais coerente e de melhor esclarecer os leitores sobre aspectos que considere fundamentais para a compreensão global das interpretações sustentadas no livro.

Importa ainda, neste texto introdutório, apresentar algumas considerações fundamentais a propósito da pródiga bibliografia sobre Fátima editada em Portugal. Os anos 20 foram marcados pelo fim da Primeira República e a implantação da Ditadura Militar (a partir de 28 de Maio de 1926). Este novo regime, de tendência autoritária e conservadora, retomou uma política de aproximação à Igreja, que havia sido já iniciada durante o sidonismo (1917-18), a qual se traduziu, entre outros aspectos, pela já citada revisão de Lei de Separação e a ascensão ao poder de alguns militantes católicos. Entretanto, confirmava-se a crescente importância nacional do santuário de Fátima, que foi, ao longo da referida década, objecto de uma acção de apropriação e de promoção desencadeada pela Igreja. Esta instituição, através do bispo de Leiria, publicava, a 3 de Maio de 1922, o primeiro documento oficial sobre o assunto, onde recorria a citações bíblicas para esclarecer a doutrina e a posição católica acerca da essência dos milagres (interpretados, *lato sensu*, como prova superior, não explicável pelas leis naturais que regem o mundo, da divina missão de Cristo sobre a Terra), mencionava que os fenómenos presenciados pelas «criancinhas» não atentavam contra a fé e a moral, e evidenciava a grande e cada vez mais expressiva concorrência de peregrinos ao local². Em 13 de Outubro do mesmo ano, iniciava-se a publicação do jornal *Voz de Fátima*, com a aprovação e protecção da diocese de Leiria. O referido mensário iria tornar-se no principal e mais enérgico arauto oficial do santuário.

Quatro anos depois, o prelado de Leiria, após promulgar alguns documentos que visavam regulamentar o culto no santuário, aprovava a publicação do primeiro *Manual do Peregrino*, coordenado pelo professor, depois vice-reitor do Seminário de Leiria e director do periódico

Voz de Fátima, Manuel Marques dos Santos, o qual integrava a Comissão Canónica nomeada pelo bispo para entretanto estudar o processo de Fátima. Esse manual continha uma antologia de orações, hinos (cujo conteúdo revelava, em alguns casos, um óbvio sentimento anti-republicano), novenas, jaculatórias e ladainhas, o programa oficial do culto e diversas instruções e informações úteis dirigidas aos sacerdotes, peregrinos e «doentinhos»³.

Durante a mencionada década foram publicados alguns artigos de jornal, folhetos, opúsculos e livros dedicados ao tema de Fátima. Dentro desta pioneira e ainda relativamente escassa obra fatimista, entendemos destacar apenas dois autores: o *Visconde de Montelo* (pseudónimo do cónego Manuel Nunes Formigão) e Leopoldo Nunes.

O então professor do Seminário Patriarcal, Manuel Nunes Formigão, foi o principal inquiridor católico (primeiro oficioso e depois oficial) dos «videntes», converteu-se depois no inspirador essencial de quase todas as obras católicas fatimistas produzidas a partir da década de 30 e no mais emblemático paladino da promoção das aparições e do culto da Cova da Iria. Os seus textos públicos ou privados (estes últimos coligidos no arquivo Formigão, depositado na casa da Congregação das Reparadoras de Nossa Senhora das Dores de Fátima) sobre a Cova da Iria remontam a Setembro de 1917 e irão prolongar-se até à década de 50. Dos textos publicados, constam diversos interrogatórios efectuados aos pastorinhos⁴, inúmeras crónicas editadas em periódicos católicos — com particular destaque para o jornal *Voz de Fátima* —, o *Relatório da Comissão Canónica*⁵ e, pelo menos, sete livros e folhetos⁶, revelando, no entanto, toda esta vasta obra um sentido místico e claramente apologético que não é compatível com os cânones de objectividade a que deve obedecer o discurso historiográfico.

O jornalista católico e anti-republicano Leopoldo Nunes foi, por sua vez, autor de um único livro sobre a Cova da Iria, que publicou em 1927⁷. A obra tem também um carácter devocional e hagiográfico que se encontra logo demonstrado no prefácio, quando o autor justifica que escreveu o livro «em louvor a Deus e da Virgem Nossa Senhora» e «em desagravo daqueles milhares de irmãos que anualmente rezam sobre a terra maninha e dura da Cova da Iria». Expõe a mística história das aparições, descreve as peregrinações, o culto entretanto

implementado em Fátima e os «milagres» aí observados, condena as posições dos cépticos ateus e anticlericais, que considera evidenciar um «negativismo balofo» e «intolerância sectária», numa altura em que — segundo o autor — «[o país] ainda se ressentia das perseguições à Igreja». Leopoldo Nunes reflecte, portanto, sobre o fenómeno de Fátima, identificando já (tal como Manuel Nunes Formigão e a hierarquia católica) o ainda jovem santuário como um espaço solene e ascético de oração, penitência e conversão que emergiu numa época marcada por ameaças à religião e ao espírito cristão corporizadas no «regimen demagogo» da Primeira República. Termina a obra com uma afirmação que, em certa medida, resume a sua interpretação do fenómeno: a Virgem do Rosário aparecida na Cova da Iria foi «a âncora onde se agarraram milhares de naufragos [leia-se: católicos relapsos e, sobretudo, acatólicos contritos], nesse temporal medonho da vida».

Os anos 30 e 40 coincidiram com a oficialização de Fátima decretada pela Igreja, através da *Carta Pastoral sobre o Culto de Nossa Senhora de Fátima*⁸. Tal documento foi promulgado pelo bispo de Leiria, em 13 de Outubro de 1930, após o desfecho do inquérito diocesano cujas conclusões estão consubstanciadas no já citado *Relatório da Comissão Canónica*, exclusivamente elaborado por Manuel Nunes Formigão. Essas décadas corresponderam também, no plano político, ao arranque e à afirmação do regime estado-novista, cuja existência teria sido impossível sem o declarado apoio oficial da Igreja Católica.

Nessa época começou a multiplicar-se uma literatura fatimista de cariz encomiástico, da responsabilidade de autores católicos como Ludwig Fischer⁹, Luís Gonzaga da Fonseca¹⁰, José Galamba de Oliveira¹¹, Antero de Figueiredo¹², José Maria Félix¹³, José Pequito Rebelo¹⁴, Giovanni De Marchi¹⁵ e, não obstante as suas pretensões historiográficas, Costa Brochado¹⁶. Alguns destes citados autores, inspirados pelos textos de Manuel Nunes Formigão e, sobretudo, influenciados pelas inéditas e surpreendentes revelações proporcionadas pelos cadernos de *Memórias da irmã Lúcia*, escritos pela vidente a partir de 1935 (por ordens expressas do bispo de Leiria), reformularam e ampliaram a primeira versão confessional dos acontecimentos da Cova da Iria¹⁷. Contudo, torna-se aqui indispensável registar que os escritos de Lúcia evidenciam profundas contradições quando confrontados com a

nuclear — para quem pretenda investigar o processo de Fátima — e incontornável colectânea de fontes, intitulada *Documentação Crítica de Fátima*, volumes I («Interrogatórios aos Videntes — 1917») e II («Processo Canónico Diocesano — 1922-1930»), editada pelo Santuário de Fátima em 1992 e 1999. A literatura sobre Fátima atrás enunciada revela também um forte substrato político-ideológico, porquanto associa as aparições e o culto da Cova da Iria a um tempo de viragem e «redenção» de Portugal, então pervertido pela satânica acção da Maçonaria e do livre-pensamento, que teria sido responsável pela propagação no país do «ímpio» espírito liberal e republicano. Por exemplo, Costa Brochado sustentou que Fátima significou a vitória da Cruz sobre o Triângulo (maçónico); José Maria Félix relacionou estas aparições com o resgate cristão de Portugal; Luís Gonzaga da Fonseca enfatizou que os acontecimentos aqui estudados representaram um desígnio do Céu que proporcionou o «maior milagre» de recuperar e fazer florescer o catolicismo no país, como não se via há dois séculos; Ludwig Fischer não deixou também de cotejar Fátima com as «crueldades» da revolução republicana de 1910 e que, entretanto, se reproduziam em Espanha — para este sacerdote, Fátima significava a «actual obra de Deus» que contrariava e remia as perseguições infernais protagonizadas pelas «hordas selvagens inimigas de Deus» (leia-se: republicanos) que então arruinavam a católica Espanha.

Em estreita sintonia com a nova leitura confessional das aparições, serão publicadas, ao longo das três décadas seguintes (50, 60 e 70), uma série de obras, todas elas de sentido mais ou menos laudatório. Essas obras foram elaboradas por vários sacerdotes católicos e, num caso específico, dirigidas por dois historiadores de incontestáveis convicções e militância católicas. Todos esses livros reproduziram, pois, e/ou desenvolveram mesmo uma interpretação renovada da história e da teologia dos fenómenos da Cova da Iria. Entre estes autores será pertinente citar os nomes do cónego Casimir Barthas¹⁸, do padre Humberto Pasquale¹⁹, do padre Joaquim Carreira²⁰, de monsenhor José Geraldês Freire²¹, do padre Joaquín Maria Alonso²² e dos historiadores João Ameal e Luís Reis-Santos²³.

Nos antípodas da visão apologética encontra-se um conjunto muito limitado de autores, sem dúvida devido ao regime de censura

instituído entre 1926 e 1974, que coincidiu com os ciclos políticos da Ditadura Militar e do Estado Novo salazarista e marcelista, bem como com o movimento da «renascença católica», sobretudo iniciado durante a Primeira República e que atingiu o auge com o salazarismo. Esses escritores, movidos pelas suas intransigentes convicções positivistas, demoliberais e anticlericais, rejeitaram a historicidade das aparições, procuraram desmontar as teses dos autores católicos e denunciar as suas múltiplas contradições. Nesta linha interpretativa salientamos as obras, editadas entre 1932 e 1971, de Tomás da Fonseca²⁴, Prosper Alfaric²⁵ e João Ilharco²⁶. Registe-se aqui que também o escritor «heterodoxo» Fernando Pessoa (1888-1935) assinou, nos anos 20 e 30, várias alusões a Fátima, em prosa, inéditas ou publicadas, a tocarem a sátira anticlerical, que interpretavam este santuário como um espaço de negócio da religião a retalho e um deplorável lugar mítico de construção ou consagração das ideias «reaccionárias» do restauracionismo monárquico e do nacionalismo católico²⁷.

Ainda integrados numa corrente distinta do sector dos críticos, é importante referir três autores católicos que mais recentemente romperam com algumas posições oficiais da Igreja sobre Fátima e contestaram o conteúdo histórico e teológico da mensagem mariana proclamado a partir da segunda metade dos anos 30: os padres Oliveira Faria²⁸, Mário de Oliveira²⁹ e, embora de forma titubeante, Salvador Cabral³⁰.

Além das teorias que se encontram, de alguma forma, mais institucionalizadas, corporizadas por todos os autores mencionados, existem depois diferentes teses interpretativas marginais, porventura devido ao seu carácter demasiado fantástico, que coincidem no facto de negarem as aparições marianas: as enigmáticas teses ovniológicas sustentadas por Fina D'Armada, Joaquim Fernandes³¹ e Seomara da Veiga Ferreira³²; a interpretação espírita de Furtado de Mendonça³³; uma curiosa tese de Moisés Espírito Santo, elaborada no âmbito de um estudo etno-sociológico, o qual sugere que as aparições de 1917 são «reminiscências teofânicas chiitas dos séculos X-XII [que] emergiram do recôndito inconsciente colectivo no local onde eram suscitadas e ocorriam teofanias no tempo dos Mouros fatimiditas»³⁴; ou a teoria esotérica de raiz cristã de António Monteiro³⁵.

Só desde 1999 o tema começou finalmente a ser analisado e interpretado dentro de critérios metodológicos mais compatíveis com o rigor conceptual da ciência histórica. Nesse ano, o sociólogo e padre católico António Teixeira Fernandes publicou um ensaio pioneiro sobre o assunto, recorrendo a normas de orientação da «sociologia histórica» — como esclarece o próprio autor no prefácio —, onde procurou analisar, a partir da imprensa da época (1917-18), o fenómeno de Fátima no contexto do confronto ideológico entre republicanos e católicos que explodiu na segunda década do século xx³⁶. No ano seguinte, marcado pela mediática peregrinação do papa João Paulo II à Cova da Iria para beatificar Jacinta e Francisco e pela divulgação pela Santa Sé do polémico «terceiro segredo», a revista *História* dedicou o seu número de Outubro ao tema, com pequenos artigos de Bruno Cardoso Reis, Rita Almeida Carvalho e Carlos Santos Pereira³⁷, e organizou (no dia 26 de Outubro) na Casa do Alentejo, em Lisboa, um debate público sobre o assunto, onde estiveram presentes estes e outros historiadores. Bruno Cardoso Reis desenvolveu, entretanto, os seus estudos sobre Fátima e publicou na revista *Análise Social* um extenso artigo onde procurou analisar as relações que se estabeleceram entre Fátima e o catolicismo militante, desde 1917 até 1930³⁸. Em finais de 2002, o sociólogo José Barreto publicou um ensaio notável sobre as aparições de Fátima, onde, por exemplo, desmonta a tese das reservas iniciais da Igreja e questiona o rigor das suas averiguações sobre os acontecimentos da Cova da Iria, recenseia a primeira literatura católica a denunciar as contradições que envolvem esta história e confronta e contextualiza estas aparições com outras aparições marianas contemporâneas (Ezkioga, Marpingen e Oliveto Citra)³⁹. No mesmo ano, eu próprio editava uma dissertação de mestrado sobre as aparições e o culto de Fátima, onde procurei repensar as primeiras duas décadas de vida deste santuário através de um estudo historiográfico⁴⁰. E, em Maio de 2007, foi editada a *Enciclopédia de Fátima*, a qual, como afirma na nota de apresentação Carlos Moreira Azevedo, bispo auxiliar de Lisboa e um dos seus coordenadores, constitui um impulso e um guia essenciais para estudos futuros sobre o tema⁴¹.

Não seria justo concluir esta rubrica sem citar dois pioneiros e interessantes trabalhos que abordaram Fátima numa perspectiva

de geografia humana e religiosa. O primeiro, publicado em 1958, é um «pequeno ensaio», orientado por Amorim Girão, onde colaboraram Maria Lúcia Santos (sobrinha da vidente falecida em 2005), Maria de Fátima Alves e Frederico José Peirone⁴². O segundo é uma dissertação de licenciatura, da autoria de Maria de Fátima Serafim Rodrigues, editada em 1974⁴³. As duas obras procuraram, afinal, estudar — segundo diferentes quadros analíticos — e compreender até que ponto o fenómeno das aparições alterou a vida e a actividade das populações locais e determinou o nascimento e posterior desenvolvimento urbanístico da Cova da Iria.

Depois deste breve (e, como tal, não exaustivo) périplo pelas várias obras escritas sobre Fátima, importa explicar as opções que tomei no domínio da selecção das fontes que serviram de suporte à elaboração deste trabalho.

Nesta incursão pelos assuntos fatimistas, decidi privilegiar e dar voz às fontes escritas provenientes da «comunicação social». Este conceito foi conceptualizado numa perspectiva difusa, uma vez que nele integrei não só os tradicionais periódicos — onde se enquadram jornais, revistas, boletins, almanaques e manuais —, mas também a abundante literatura sobre o tema produzida desde a década de 20 até ao decénio de 1970.

A opção por valorizar este amplo e rico acervo documental deve-se a duas ordens de razões: por um lado, entendi que ele não foi ainda integralmente explorado para produzir um estudo diacrónico sobre Fátima; por outro lado, porque, após uma cuidada e morosa consulta efectuada aos ficheiros das Bibliotecas Municipais de Coimbra e do Porto, bem como da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (locais onde, por motivos de ordem logística, seria para nós mais fácil desenvolver este trabalho), compreendi que quase toda a documentação por mim entretanto inventariada se encontrava disponível nestas instituições. Não será descabido aqui afirmar que a opção pela documentação existente nas instituições públicas se relacionou também com o facto de a susceptibilidade do tema estudado (que é ainda para muita gente um assunto tabu ou apenas equacionável dentro de critérios de reflexão onde está quase sempre ausente a objectividade

científica) e anteriores experiências directas ou indirectas relacionadas com a investigação de matérias da Igreja sugeriam que seria difícil penetrar, sem quaisquer restrições, arquivos eclesiásticos.

Apesar da especial importância que concedi às fontes da «comunicação social», não prescindi de analisar a já citada documentação primária e secundária que uma Comissão Científica da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa seleccionou e publicou, acompanhada de introduções, notas críticas e de enquadramento, colocando-a desse modo ao alcance do grande público e, nomeadamente, de todos os estudiosos de Fátima: refiro-me à *Documentação Crítica de Fátima*, volumes I a IV, editados pelo Santuário de Fátima. Este projecto (porventura inspirado em obra idêntica sobre o caso de Lourdes, dirigida por sacerdotes e teólogos católicos e publicada em França, entre 1957 e 1966⁴⁴), que suponho estar longe de concluído, sem embargo de acusar vários juízos críticos, revela, contudo, por parte da Igreja, um digno e meritório esforço de disponibilizar elementos nucleares para o estudo do tema. Mormente, os interrogatórios aos videntes efectuados pelo pároco de Fátima, Manuel Marques Ferreira, e o cónego Manuel Nunes Formigão, o inquérito paroquial e o processo canónico diocesano sobre o caso de Fátima.

Ao concluir esta introdução, impõe-se alertar os leitores sobre as pretensões e limitações que este livro encerra. Com efeito, tenho consciência de que a documentação que privilegiei revela, por parte dos seus autores, diferentes e parciais percepções da realidade (forjadas em função de convicções, estratégias e práticas político-ideológicas, sociais, culturais, etc.). Ou seja, os sujeitos que produziram as fontes que analisei, com espírito hermenêutico, apreenderam, descreveram e interpretaram não a realidade em si, mas tão-somente múltiplas «representações» da realidade⁴⁵. Partindo deste axioma, sou obrigado a concluir que o discurso escrito que aqui se apresenta é ele próprio consequência de uma representação mental que, por sua vez, foi concebida e sustentada a partir de outras representações. Nesta medida, para utilizar aqui uma terminologia platónica, a substância do discurso deste livro apenas nos permite permanecer no «mundo das coisas» e nunca ascender ao «mundo das ideias». Contudo, apesar desta

incontornável limitação epistemológica, importa também enfatizar que a História tem de ser sempre entendida como uma «ciência social e humana», uma vez que produz um discurso fundamentado, rigoroso e não arbitrário que permite ao sujeito construir uma ponte — edificada sobre argumentos lógicos e coerentes e sobre rígidas (embora não assépticas) normas de objectividade — em direcção à realidade social passada; um discurso, dizíamos, que, tal como todos os discursos científicos, está sujeito a ser julgado e criticado e é susceptível de ser revisto e reformulado.

CAPÍTULO I

*As primeiras imagens
e representações das aparições da Cova da Iria*

*Fátima e a dicotomia ideológica
clericalismo/anticlericalismo*

As *aparições* marianas ou *milagres* de Fátima ocorreram no lugar isolado, pobre e agreste da Cova da Iria, entre 13 de Maio e 13 de Outubro de 1917. Estes acontecimentos, que culminaram com o mediático «milagre do sol» — sucedido em 13 de Outubro —, têm sido desde então objecto de múltiplas e divergentes narrativas e interpretações.

É meu desejo, ao longo deste primeiro capítulo, recordar e reconstituir esses eventos através da confrontação de um conjunto circunscrito de fontes. Assim, analisei uma cópia dos primitivos apontamentos do pároco de Fátima, Manuel Marques Ferreira (1880-1945), transcritos pelo padre José Ferreira de Lacerda (1881-1971), director do semanário *O Mensageiro* e pároco do santuário dos Milagres (distrito de Leiria), onde desde o século XVIII ocorria o culto popular do «Senhor dos Milagres». Dessa cópia incluem-se os primeiros interrogatórios efectuados aos pastorinhos, Lúcia Santos, Jacinta Marto e Francisco Marto¹. Consultei também algumas declarações de alegadas testemunhas oculares, editadas no volume 1 da obra *Documentação Crítica de Fátima*² e noutras publicações, e examinei ainda diversos artigos e notícias dos jornais coevos das aparições.

Penso que a documentação seleccionada, pelo seu carácter porventura espontâneo e imediato, permitirá a construção de imagens mais fidedignas dos factos. Com efeito, acredito que estes testemunhos iniciais emitidos pelos protagonistas no período contíguo à ocorrência das aparições se afiguram mais genuínos (embora sejam sempre susceptíveis de emitir informações polémicas e contraditórias) e, por conseguinte, menos contaminados por eventuais coacções, orientações e extrapolações posteriores.

Sobre os textos publicados na imprensa, desejo enfatizar que estou ciente do seu indiscutível contributo para a divulgação

das aparições e a construção da sua história. Dito isto, não será despidiando acrescentar que estas mesmas fontes (tais como as provenientes das testemunhas presenciais) consubstanciam descrições e interpretações subjectivas, que dependem não só das convicções dos sujeitos que as elaboram, como também das linhas ideológicas católica ou republicana professadas pelos jornais que as publicam.

Aliás, é no contexto da forte dicotomia ideológica clericalismo/ anticlericalismo (já demonstrada por António Teixeira Fernandes³), a qual explode com renovado vigor durante o período da Primeira República, que desde o início o enigma de Fátima tem também de ser analisado. Tal dicotomia determinou um colérico confronto político e intelectual protagonizado, na altura, entre uma Igreja oficial de tendência aguerridamente antimoderna e sectores liberais e republicanos mais radicais. A primeira reafirmara o dogma da Imaculada Conceição da Virgem Maria (1854), publicara a polémica encíclica *Quanta Cura*, acompanhada pelas anatematizações do *Syllabus Errorum* (1864) — que condenavam o racionalismo, o galicanismo, a tolerância religiosa, a supressão do poder temporal dos papas, o casamento civil, o liberalismo, a democracia, o socialismo, a maçonaria, a ciência e a modernidade —, proclamara, no Concílio do Vaticano I (1868-1870), o dogma da infalibilidade do papa em matéria de fé e de moral, e empenhara-se, depois, em Portugal, num destemido projecto de «reconquista» do país. Os segundos declararam-se racionalistas, laicos, ateus ou agnósticos, anticlericais, anti-romanistas, antijesuíticos e anticongreganistas⁴.

No auge deste conflito, perante uma política de silêncio e discrição protagonizada pelas cúpulas do governo e a alta hierarquia da Igreja sobre as aparições de Fátima, publicaram-se nos periódicos de então dois textos doutrinários que, de certo modo, ilustram as posições irreduzíveis defendidas por crentes e cépticos.

O primeiro artigo, editado no jornal integralista *A Monarquia*⁵, é da autoria de António Sardinha⁶ (1887-1925), fundador e principal teórico do Integralismo Lusitano. O citado advogado, publicista fegoso, ensaísta e doutrinador político-social — ex-republicano convertido à monarquia tradicional e ao catolicismo e adepto de uma ideologia antiliberal e contra-revolucionária (ou «revolucionária de direita») —,

apesar de afirmar não ter ido a Fátima, confessa «de longe crer na assistência da Virgem à pobre terra de Portugal que adorou o Mistério da Sua Imaculada Conceição ainda antes de a Igreja o definir como dogma». Invocando as teses de eminentes filósofos e cientistas seus contemporâneos (entre outros, William James, Henri Bergson — porventura o mais popular pensador do mundo ocidental antes da Primeira Guerra Mundial — e Henri Poincaré), António Sardinha procura demonstrar, no artigo atrás citado, a falência do conceito positivista de ciência professado pelos ideólogos republicanos, enquanto sistema determinista, estático e acabado do Universo, e denuncia a indigência intelectual e o atraso dos livres-pensadores que o subscrevem. Na sua perspectiva, esta concepção materialista, ateísta e ultrapassada de ciência — que «só predomina ainda em Portugal nos espíritos de uma meia-tintura intelectual» — apenas fornece uma verdade provisória, convencional e incompleta do cosmos e nega por sistema tudo o que não consegue explicar. O mesmo pensador acrescenta depois que, «para além do mundo físico e imediato dos sentidos, existe um mundo mais amplo e mais insondável, que a inteligência mal adivinha e de que só a Fé nos entrega o segredo». É nesta realidade não tangível e supra-sensível — identificada com o mundo psíquico — que se enquadram as manifestações místicas de milagres como as curas de Lourdes ou as aparições de Fátima.

A reacção a esta tese da não incompatibilidade entre ciência e fé é imediata. O publicista republicano democrático e livre-pensador intransigente José Tomás da Fonseca (1877-1965)⁷ — que frequentou o curso de Teologia no Seminário de Coimbra (1894-1903) e, depois de se converter ao ideário republicano positivista ainda na fase da sua propaganda, veio a distinguir-se como um dos mais implacáveis inimigos do clericalismo e crítico inflexível das aparições⁸ — escreve pouco depois no jornal *O Mundo*⁹ um artigo onde considera os acontecimentos de Fátima um «embuste» e procura desconstruir o argumentário da crença nos milagres. Através de um estilo irónico, este autor contesta, nessa tribuna do Partido Democrático então liderado por Afonso Costa, a ideia de que a sociedade do seu tempo «atravessa uma era fecunda em milagres» quando comparada com a prodigiosa abundância de surpresas divinas e manifestações celestes de outras

Além disso, Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca D. António Mendes Belo, que Deus haja, proibiu o Rev. Clero de animar e tomar parte em quaisquer manifestações religiosas relativas à Fátima, sábias prescrições que conservámos ainda algum tempo depois da nossa entrada neste Bispado.

Mas voltemos à sentença do divino Mestre acima citada:

Se não quereis acreditar em mim, acreditai nas minhas obras.

O culto de Nossa Senhora da Fátima propagou-se rapidamente, como acabámos de dizer, tanto nesta diocese como em todo o Portugal e hoje estende-se a todas as partes do mundo não só entre nações católicas, mas protestantes e até pagãs.

O olhar amoroso e triste da Virgem Santíssima — amando-nos como Mãe, embora triste pelas nossas faltas — vai-se espalhando por toda a terra, levantando os corações e avivando a fé.

As multidões aos milhares, de toda a parte, compostas de pessoas de todas as classes sociais, vindas de todos os recantos do país, sem reclame de espécie alguma, sem nenhuns atractivos, e sem comodidades, com viagens difíceis, acorrem em massa à Fátima.

Onde é que se têm reunido multidões como na Fátima, na melhor ordem, com o mais profundo respeito?

E não é uma vez por outra. O movimento é contínuo, constante, aumenta de ano para ano.

A voz do povo responde à voz de Deus.

Os doentinhos acodem ali com tantos sacrifícios, tantos trabalhos!

Quantas curas admiráveis não se têm dado por intermédio da Virgem Santíssima?

E quanta resignação não manifestam os enfermos, embora não tenham obtido a cura dos seus males físicos?

E se são aos milhares os doentes do corpo que vão a Fátima, em muito maior número são os aflitos moralmente. Nossa Senhora é a saúde dos enfermos e o refúgio dos pecadores. Quantos corações transviados não têm encontrado ali o perdão? Quantos indiferentes e afastados não têm encontrado ali a fé dos seus pais?

Ah! se os confessionários da Fátima não estivessem rigorosamente fechados pelo sigilo sacramental sempre inviolável — que prodígios da graça não nos contaríamos!

Bendita e louvada seja a Mãe de Misericórdia!

Deixai-nos ainda fazer outra consideração.

Muitos de vós conheceram o lugar da Cova da Iria, ermo, árido, sem vida. Tendes visto também as construções que ali se estão a fazer, que naturalmente exigem muito dinheiro.

Pois bem: até hoje não se abriu uma subscrição, não se pediu uma esmola, não se fez um apelo, em público ou particular, à caridade dos fiéis.

As esmolas são oferecidas espontaneamente, quase todas anónimas.

Como é grande a força da fé!

Como é prodigioso o poder da Virgem S.^{ma} que arrasta as multidões para uma montanha escavada e em poucos anos transforma um local sem vida num centro magnífico de piedade, no mais espantoso milagre da vida religiosa do nosso tempo!...

Caros Diocesanos:

Não queremos, nem precisamos de nos alongar mais. Em virtude das considerações expostas e outras que omitimos por brevidade, invocando humildemente o Divino Espírito Santo e confiados na protecção de Maria Santíssima, depois de ouvirmos os Rev. Consultores desta nossa Diocese:

Havemos por bem

1.º declarar como dignas de crédito as visões das crianças na Cova da Iria, freguesia de Fátima, desta Diocese, nos dias 13 de Maio a Outubro de 1917;

2.º permitir oficialmente o culto de Nossa Senhora de Fátima.

Resta-nos, amados Filhos em Nosso Senhor, advertir-vos que, se para nós é um grande motivo de alegria e consolação a graça que a Santíssima Virgem nos concedeu, maior é a obrigação de correspondermos à sua bondade.

A experiência de anos demonstra que «os olhos de Deus estão abertos e os ouvidos atentos às preces neste lugar», mas é preciso que pela pureza da nossa vida, prática dos Mandamentos da Lei de Deus, observância dos Preceitos da Igreja, respeito e submissão às direcções da Sé Apostólica, nos mostremos integralmente católicos, pois nem todo o que diz Senhor Senhor, entrará no reino dos Céus, mas o que faz a vontade de meu Pai que está nos Céus, esse entrará no reino dos Céus.

A Santa Igreja, referindo-se ao Mistério da Encarnação do Verbo divino, exclama:

Ó benefício digno duma eterna gratidão! Deus fez-se conhecer a nós dum modo visível afim do que, vendo-O, sejamos abrasados no amor das belezas invisíveis!

Recomendamos duma maneira especial aos nossos Caros Diocesanos o amor a Nosso Senhor Sacramentado, a devoção à Santíssima Virgem, a S. José, às benditas almas do Purgatório, a recitação diária, ao menos, do Terço do Rosário, a fuga do pecado da carne, das modas imodestas e leituras imorais, a prática da penitência em que Jesus tanto insistiu e a Virgem, Senhora Nossa, tanto lembrou, caridade para com todos os irmãos e principalmente para com os doentes e pobrezinhos...

Se assim fizermos, podem aplicar-se à nossa Pátria as palavras do Profeta: Se dirigdes bem os vossos passos, habitarei convosco neste lugar, na terra que dei aos vossos pais, há tantos séculos.

Esta nossa Carta Pastoral será enviada aos Rev. Párocos para a lerem e explicarem aos fiéis, na forma do costume.

Leiria, 13 de Outubro de 1930.

José, Bispo de Leiria

O SOL BAILOU AO MEIO-DIA

foi composto em caracteres Hoefler Text e impresso pela Guide, Artes Gráficas, em papel Coral Book de 80 gramas, numa tiragem de 1000 exemplares, no mês de Fevereiro de 2011.